

IC - Inquérito Civil n. 06.2015.00009469-1.

MINUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **VAMILSON MENDES CASCAES – COMÉRCIO DE PAPELAÇÃO E PLÁSTICO E ARMAZENAMENTO (MEI)**, inscrita no CNPJ n. 19.115.365/0001-90, na Rua João Manoel Nunes da Silva, n. 110, Bairro São Martinho, neste Município e Comarca, representada por **VAMILSON MENDES CASCAES**, brasileiro, nascido em 26.03.1977, natural de Tubarão/SC, filho de Olienir José Cascaes e Rosa Mendes Cascaes, portador da cédula de identidade n. 3759943/SC, residente e domiciliado na Rua João Manoel Nunes da Silva, n. 110, bairro São Martinho, em Tubarão/SC, devidamente assistido pelo procurador que subscreve o presente e advertido de seus direitos constitucionais, observadas as disposições do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e dos arts. 25 e seguintes do Ato 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*,

SIG/MP n. 06.2018.00005408-9 Fl. 1/5

da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, §3º, da Constituição Federal, *as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 3º, III, da Lei n. 6.938/81, poluição é toda degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que foram lavrado contra Vamilson Mendes Cascaes o Auto de Infração Ambiental n. 5735-D e o Termo de Embargo n. 2746-D¹, uma vez que a empresa de sua propriedade, localizada na Rua João Manoel Nunes da Silva, n. 110, bairro São Martinho, neste município e Comarca, está instalada em área de preservação permanente, opera sem licenciamento ambiental e deposita irregularmente resíduos a céu aberto, diretamente no solo, conforme relatório de fiscalização n. 267/2015²;

CONSIDERANDO que o empreendimento compreende edificação localizada a 4,2 metros de curso d'água com 2,3 metros de largura, conforme Relatório de Fiscalização n. 50/2019 da FUNAT³;

CONSIDERANDO que em 31/01/2020 foi lavrado pelo IMA

¹ p. 06

² p. 07-09

³ p. 303-310

novo Auto de Infração Ambiental contra o investigado, sob o n. 12895-D⁴, devido ao descumprimento do termo de embargo aplicado anteriormente pelo órgão ambiental estadual;

RESOLVEM

Firmar o presente Termo de Ajustamento de Condutas, nos seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente termo de ajustamento de condutas tem por objeto o fato referente à execução de atividade potencialmente poluidora pela empresa *Vamilson Mendes Cascaes – Comércio de Papelação e Plástico e Armazenamento (MEI)*, inscrita no CNPJ n. 19.115.365/0001-90 e localizada na Rua João Manoel Nunes da Silva, n. 110, Bairro São Martinho, neste Município e Comarca, sem o devido licenciamento ambiental, bem como a intervenção em área de preservação permanente no local onde se encontra instalada, não obstante a proteção legal decorrente do seu valor paisagístico e ecológico;

2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Cláusula 2ª: A COMPROMISSÁRIA obriga-se a:

(I) elaborar e protocolar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação deste acordo, no órgão ambiental competente (IMA-SC), Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, no qual deverá ser especificada a largura do leito do curso d'água adjacente ao imóvel onde se encontra instalada e, a partir dela, prever a recuperação de área de preservação permanente considerando as dimensões previstas no art. 4º, da Lei 12.651/12, abrangendo toda a área afetada, inclusive com eventual demolição das

⁴ p. 357

edificações irregulares;

(II) dar início às obras referidas no PRAD no prazo de 10 (dez) dias, contados da aprovação deste pelo órgão ambiental;

(III) realizar e concluir o plano de recuperação de área degradada - PRAD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua aprovação pelo órgão ambiental, comprovando-se a execução de forma documental, sem prejuízo de vistoria realizada pelo órgão ambiental;

Cláusula 3ª: Regularizar, perante o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e no prazo de 60 (sessenta) dias, a Licença Ambiental de Operação necessária à execução das atividades pela empresa compromissária, mediante o atendimento das condicionantes exigidas pelo órgão ambiental.

3 DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 4ª: Havendo o descumprimento das cláusulas anteriores, o compromissário ficará obrigada ao pagamento da multa no valor de R\$ 10.000.00 (dez mil reais), para cada item descumprido, podendo ser cumulativo, que será revertida em favor do Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados – FRBL, além da possibilidade da judicialização da execução da obrigação de fazer, com fixação de multa pelo juízo competente.

Parágrafo 1º: o valores pactuados como multas previstas pelo descumprimento serão atualizados monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral da Justiça⁵ e juros moratórios de 1% ao mês para fins de protesto, execução judicial e/ou pagamento fora do prazo. Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas ou, quando houver, da notificação expedida pelo Ministério Público e não atendida,

⁵ <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>

solicitando a comprovação do cumprimento das obrigações.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 5ª: O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o compromissário, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de condutas;

Cláusula 6ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85.

Tubarão, 28 de janeiro de 2022.

[assinado digitalmente]

CRISTINE ANGULSKI DA LUZ

Promotora de Justiça

VAMILSON MENDES CASCAES – COMÉRCIO DE PAPELAÇÃO E
PLÁSTICO E ARMAZENAMENTO (MEI)

Vamilson Mendes Cascaes

Investigada

FABIANO RAMALHO DE MORAES

Advogado da investigada